



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 5 de fevereiro de 2013

DIÁRIO DO AMAZONAS

Parlamentares federais do Amazonas se reúnem em Brasília após o carnaval 1
VEICULAÇÃO LOCAL

VALOR ECONÔMICO

Congresso exige mais negociação de Dilma..... 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

LG traça rota para voltar a crescer no país..... 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O TEMPO

Empresários negam convite para substituir Pimentel 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA ON-LINE

Inpi dá marca 'iphone' para Gradiente; Apple pode ser proibida de usar o nome 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL DA AMAZÔNIA

Reforma tributária ameaça Zona Franca de Manaus, alerta Rebecca Garcia 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA.COM

Renan Calheiros: O Congresso mais próximo da sociedade 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS		EDITORIA
	TÍTULO Parlamentares federais do <u>Amazonas</u> se reúnem em Brasília após o carnaval		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Na pauta, estará a escolha de um novo coordenador e matérias prioritárias para o Estado.

Manaus - A primeira reunião da bancada do **Amazonas** no Congresso Nacional está prevista para depois do feriado de carnaval. Segundo a assessoria do atual coordenador da bancada, o senador Eduardo Braga (PMDB), o dia ainda não está confirmado, porque, normalmente, o encontro com os parlamentares é definido um dia antes de ser realizado.

A única pauta previamente determinada, segundo a assessoria do senador, é a escolha da coordenação da bancada. Os deputados federais, Silas Câmara (PSD), Luiz Fernando Nicolau (PMN) e Sabino Castelo Branco (PTB) são os nomes cotados para concorrer ao cargo. “Vou colocar o meu nome para apreciação da bancada. Quero que a bancada se reúna o mais rápido possível”, disse Fernando Nicolau.

Mas Braga poderá permanecer na função caso os outros parlamentares decidam mantê-lo como coordenador.

O último contato dos membros da bancada foi na semana passada no ‘Encontro Nacional dos Novos Prefeitos e Prefeitas’, em Brasília.

Pauta 2013

Para a primeira reunião, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) e o deputado Henrique Oliveira (PR) vão apresentar um tema em comum: o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nº 103/2011, que tramita na Câmara desde 2011. A PEC prevê a prorrogação de mais 50 anos do modelo **Zona Franca** de **Manaus (ZFM)**, ou seja de 2023 a 2073.

Vanessa adiantou que levantará também a questão da distribuição dos royalties do petróleo. E Henrique informou que conversará com os parlamentares sobre a situação dos municípios que decretaram situação de emergência no Estado.

Os deputados Silas Câmara e Luiz Fernando Nicolau disseram não ter nenhuma pauta para propor ao grupo. Os parlamentares justificaram a ausência de propostas ao Estado, alegando que os assuntos surgirão a partir do início das atividades parlamentares. “Não tenho pauta ainda. Elas vão começar agora com o retorno da Casa. Aí a gente vai ter um norte para 2013”, expôs Câmara.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Congresso exige mais negociação de Dilma		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Raymundo Costa

A nova formatação das Mesas da Câmara e do Senado, definida no fim de semana, vai exigir da presidente Dilma Rousseff mais negociação com deputados e senadores. É certo que tanto Renan Calheiros quanto Henrique Eduardo Alves, respectivamente, assumem as presidências das duas Casas fracas em virtude das acusações de malfeitos feitas contra eles no período que antecedeu as eleições. Mas as pressões e interesses em jogo, no último biênio do mandato de Dilma Rousseff, vão muito além do PMDB, e podem ter reflexos sobre a economia e a atividade empresarial.

Segundo o Palácio do Planalto, a agenda do **Governo Federal** para 2013 tem poucas propostas de interesse efetivo da presidente: assegurar os royalties do petróleo para a educação e o novo Código de Mineração, ainda em gestação na Casa Civil da Presidência mas já objeto de intensas pressões. Ocorre que o Congresso e o PMDB - em especial - têm interesse também na agenda que corre paralela a interesses econômicos empresariais, mas nem sempre do governo.

Este é o caso, por exemplo, da ampliação, para outros setores além daqueles já beneficiados pelo governo, da desoneração da folha de pagamentos. A medida do governo é válida até 2014. A tendência hoje no PMDB é retirar esse prazo e ampliar os setores beneficiados. Um prato cheio para quem pretende pressionar ou chantagear o **Governo Federal**. Os mesmos de sempre.

Líderes do PMDB estão fracos, mas natureza é a mesma

Outro exemplo é a unificação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Contribuições, aliás, das quais a área do etanol, cujo poder de pressão no Congresso é forte, quer se ver livre - a gasolina aumentou na bomba, mas o preço do álcool continua o mesmo. Mudanças na área do etanol estão sendo estudadas pelo governo e também devem ser analisadas e votadas no Congresso. Dilma terá de negociar ainda questões federativas, entre as quais a revisão de índice das dívidas e os fundos de participação são apenas exemplos candentes.

Um outro fator de dificuldade para a presidente sobre o qual pouco se tem falado é o PT. A tendência Construindo um Novo **Brasil** (CNB, antiga Articulação), amplamente majoritária no partido, sente-se liberada a pressionar mais o governo, depois que um de seus integrantes, Marco Maia (RS), deixou a presidência da Câmara. O próprio Maia tinha dificuldades para encaminhar pleitos da CNB ao governo, e ser acusado de beneficiar uma das facções do PT. O apetite da corrente majoritária do PT é igual ou até maior que o do PMDB.

A CNB perdeu a presidência da Câmara, mas ganhou a primeira-vice-presidência do Senado, com Jorge Viana (AC), e a primeira-vice da Câmara, com o deputado André Vargas (PR). O deputado paranaense, aliás, logo pode ocasionar problemas para Dilma, pois pensa em tocar na Câmara a proposta de regulamentação dos meios de comunicação, projeto que o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva deixou pronto para ser enviado ao Congresso, mas o atual governo engavetou. Até agora, pelo menos. A CNB também fez os dois líderes de bancada.

Mesmo com presidentes tendo de se explicar sobre acusações diversas, o fato de o PMDB passar a comandar o Congresso incomoda, e muito, o PT. Não é à toa que **Lula** esteja fazendo cafuné no governador de Pernambuco e presidente nacional do PSB, Eduardo Campos, sugerindo inclusive seu nome para a vice de Dilma na chapa da reeleição. Não deixa de ser uma forma de manter o PMDB sob pressão.

Havia no governo e no PT uma certa torcida para que a eleição da Câmara fosse para o segundo turno, para Henrique Alves não se sentir muito forte. Mas Alves ganhou no primeiro turno com 271 votos. Mais que Henrique Alves incomoda a presidente a eleição de Eduardo Cunha (RJ) para líder do PMDB. Alves e Cunha sempre foram muito próximos. Mas, próximo à eleição, Alves aparentemente se afastou do aliado que poderia lhe tirar votos.

Em seu melhor estilo, Cunha ameaçou retaliar e orientar os deputados que lhe são fiéis, estimados em cerca de 40, a votar em peso na candidata dissidente do PMDB a presidente, Rose de Freitas (ES). Cunha teve 46 votos na eleição para

líder. Ou seja, se todos acompanhassem sua improvável indicação contra a candidatura de Henrique Alves, a eleição teria ido para o segundo turno. Ninguém no Congresso é capaz de apostar num afastamento definitivo entre Alves e Cunha - passadas as eleições, acredita-se que eles podem voltar a articular às claras, como faziam até "Henriquinho", como é chamado, ser advertido por Michel Temer que a relação entre os dois só desgastava sua candidatura à Câmara junto à presidente da República.

A eleição da dupla não interessava à presidente Dilma Rousseff, que chegou a cogitar a alternativa de apoiar Renan na eleição para o governo de Alagoas, em 2014. Na Câmara, como é amplamente conhecido, a presidente tem especial dificuldade com o deputado Eduardo Cunha, também do PMDB, visto com desconfiança devido a sua atuação como relator de medidas provisórias importantes, como aquela que prorrogaria a CPMF, o "imposto do cheque", depois derrubada no Senado.

É provável que poucas vezes - ou nunca antes - uma eleição para as Mesas do Congresso tenha contado com tantos fiadores. O governador do Rio de Janeiro, Sérgio

Cabral, assegurou à presidente que Eduardo Cunha não seria um problema para seu governo, caso fosse eleito líder, como de fato ocorreu no domingo. O ex-presidente da República e do Senado, José Sarney, também comprometeu um fio do bigode por Renan Calheiros, enquanto o vice-presidente da República botou a mão no fogo por seu aliado Henrique Eduardo Alves.

Para se eleger presidente, Dilma não teve de negociar e assumir pessoalmente compromissos partidários, nem se envolver na arrecadação de campanha. Lula cuidou de tudo. O ex-presidente ainda será o estrategista da reeleição, mas Dilma também terá de negociar, inclusive com o "Congresso do PMDB", cujos líderes estão fragilizados, mas não perderam a natureza.

Raymundo Costa é repórter especial de Política, em Brasília. Escreve às terças-feiras

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO		EDITORIA
	TÍTULO LG traça rota para voltar a crescer no país		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Estratégia

Brasil é segundo maior mercado global para a companhia

Gustavo Brigatto

O desempenho da LG no Brasil em 2012 guardou muitas semelhanças com o desempenho geral da economia: começou cheio de esperanças de crescimento, mas acabou com um desempenho inferior ao desejado. Com expectativa inicial de crescer pelo menos 20% no país, a fabricante coreana conseguiu elevar sua receita em apenas 5% em real. Em dólar, o desempenho foi ainda pior, com recuo de 11%. A variação do dólar (que chegou a 16% no ano) e a demora em colocar alguns produtos no mercado prejudicaram a companhia.

Foi o segundo ano consecutivo de resultados ruins para a LG no Brasil. Em 2011, a receita permaneceu estacionada no mesmo patamar de 2010, de US\$ 3,1 bilhões, influenciada pelo câmbio e por questões internas da companhia.

Agora, o comando da LG diz que a companhia está pronta retomar o crescimento. "Vamos crescer 20% em dólar neste ano", disse ao Valor Cesar Byun, executivo coreano que assumiu o comando da LG no Brasil em dezembro. Chamado de "mister Cesar" nos corredores da companhia, Byun disse que o cenário para os próximos meses é mais promissor que o de 2012. A começar pelo dólar, que começou o ano em um patamar mais alto, o que facilita o planejamento, segundo o executivo. Além disso, os problemas de baixa eficiência na produção, que afetaram as operações fabris nos últimos dois anos, foram resolvidos, afirmou.

Byun substituiu Chris Ho Yi, que estava no comando da subsidiária brasileira desde 2010 e voltou para a matriz, na Coreia. A mudança segue uma política da companhia, disse Byun. Todo ano, a LG promove uma "dança das cadeiras" global, remanejando executivos de diversas áreas, depois de um tempo médio no cargo.

As constantes movimentações deixaram Byun "quase" latino, a começar pelo nome. Cesar foi escolhido por ele ao desembarcar pela primeira vez na região, há mais de uma década, por ser parecido com seu nome de batismo, Chang. É costume entre executivos asiáticos escolher nomes locais ao se

mudar para outros países para criar afinidade com a cultura local.

Atuar na América Latina era um objetivo do executivo desde os tempos de faculdade. Tanto que ele fez os cursos de comércio exterior e espanhol simultaneamente. "As relações da Coreia com a América Latina eram pequenas [nos anos 70 e 80] e aqui temos 34 países com a mesma língua e um grande potencial", disse o executivo. Desde que veio para a América Latina, Byun comandou operações no Chile, no México, no Panamá e na Colômbia. No Brasil, teve uma passagem entre 2004 e 2008. No começo do ano passado, voltou ao país para comandar a área de entretenimento residencial, como TVs e aparelhos de som.

Segundo Byun, mesmo com o resultado fraco de 2012, o Brasil se manteve como segundo maior mercado da LG no mundo, atrás dos Estados Unidos - a posição foi alcançada em 2011, depois que outros grandes mercados tiveram seus resultados afetados pela crise econômica mundial. O Brasil representa aproximadamente 5% da receita global da LG, de US\$ 45,2 bilhões em 2012. O resultado obtido no ano passado foi 6% inferior ao de 2011, mas colocou a companhia de volta no caminho da lucratividade: o resultado foi de US\$ 80,7 milhões, contra prejuízo de US\$ 251,1 milhões em 2011.

Para manter a posição do Brasil, a LG deu início a uma série de ações, que pretende intensificar neste ano. A companhia abriu uma loja própria em Recife em 2012 e prevê abrir mais nove até 2015. Em São Paulo, foi estabelecido um centro de suporte técnico próprio, enquanto as linhas de produção nas duas fábricas brasileiras foram ampliadas.

Na fábrica de Manaus, a companhia ampliou a área de produção em 30% e 35%, respectivamente em 2011 e 2012, para aumentar a produção de TVs, equipamentos de áudio e de aparelhos de ar-condicionado. Em Taubaté (SP), onde já são produzidos celulares e notebooks, uma adaptação foi feita no ano passado para iniciar a produção de máquinas de lavar roupa.

Segundo Byun, o investimento na unidade de Taubaté foi feito depois do engavetamento do projeto de uma fábrica para eletrodomésticos em Paulínia, também no interior de São

Paulo. Anunciada no fim de 2010, a unidade teria investimento de US\$ 115 milhões e abrigaria a produção de aparelhos da linha branca. A iniciativa não se justificou por conta do baixo volume de vendas desse tipo de produto. "Vamos importar geladeiras em 2013 para testar o mercado e ver o que fazemos em 2014", disse.

A previsão é que a LG ofereça um portfólio de 400 produtos em 2013, superior aos 350 do ano passado. A estratégia é atacar o segmento de produtos mais baratos, mas também alinhar a operação ao posicionamento global da

companhia, de focar em produtos sofisticados, com margens maiores. Até março, o Brasil vai receber produtos como o smartphone Optimus G e as TVs com tecnologia Oled (sucessora do LED), apresentadas mundialmente em janeiro.

Existe espaço para esse tipo de produto no país, disse Byun, caso de uma TV de 84 polegadas, lançado no fim do ano passado por R\$ 40 mil. "O Brasil está atrás apenas dos EUA no número de unidades vendidas", afirmou. Tanto os smartphones quanto as TVs terão fabricação local.

	VEÍCULO O TEMPO		EDITORIA
	TÍTULO Empresários negam convite para substituir <u>PIM</u>entel		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Os presidentes da Fiat, Cledorvino Belini, e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, não confirmaram que foram procurados pelo Palácio do Planalto para que assumam o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Como O TEMPO publicou anteontem, em uma provável reforma ministerial prevista para março, a presidente Dilma Rousseff planeja transferir o ministro Fernando PIMentel (PT) para uma pasta de maior "visibilidade" política. O projeto é fortalecer sua imagem e "prepará-lo" para a disputa ao governo de Minas no ano que vem. Os representantes do setor empresarial seriam os nomes preferidos de Dilma para assumir o trabalho, que não agradaria o meio.

Andrade, ao contrário, disse que PIMentel tem um desempenho "positivo" no Desenvolvimento Econômico. Ele enalteceu a cooperação entre a CNI e o governo, mas negou o convite. "Não tem sondagem. Minha relação com a presidente Dilma é a melhor possível, mas é uma relação de parceria entre a CNI e a Presidência", argumentou o ex-presidente da Fiemg.

"Isso é especulação, uma fantasia. Não faz o menor sentido. Ele (Belini) ainda tem uma permanência de, no mínimo, mais três anos na Fiat", respondeu o assessor de imprensa da montadora, Marco Antônio Lage, que também elogiou o trabalho do petista na pasta.

Fontes do Palácio do Planalto atestam que o dirigente da Fiat é o preferido do ex-presidente Lula, e o da CNI, é o nome de Dilma.

	VEÍCULO FOLHA ON-LINE		EDITORIA
	TÍTULO Inpi dá marca 'iphone' para Gradiente; Apple pode ser proibida de usar o nome		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DO RIO

O Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) concedeu à Gradiente o uso exclusivo do nome iPhone para aparelhos celulares no Brasil. Caberá à empresa impedir que a Apple –fabricante norte-americana de equipamentos eletrônicos fundada por Steve Jobs– também use o nome.

A decisão seria publicada na edição desta terça-feira (05) na Revista da Propriedade Intelectual, mas segundo o Inpi, por problemas técnicos, a revista sairá na quarta-feira após o Carnaval, dia 13. A Gradiente e a Apple ainda não se manifestaram sobre o assunto.

A solicitação de registro da marca havia sido feito pela Gradiente no ano 2000, sete anos antes do lançamento do iPhone da Apple. O prazo para lançamento do telefone

celular venceria em janeiro deste ano. Mas em dezembro de 2012, a Gradiente colocou para o mercado o seu iPhone.

A empresa fundada por Steve Jobs fez o pedido de registro sobre a marca iPhone em diversos segmentos em diversas datas diferentes: 2006, 2007, 2010 e 2011. Há dois anos, a companhia obteve autorização para usar a marca em artigos de vestuário, calçados e chapelaria, e manuais de instrução.

Essa não é a primeira vez que a Apple enfrenta problemas com direitos de marca. Nos EUA, o nome iPhone era registrado pela Cisco e a Apple precisou entrar em um acordo com a companhia para que pudesse utilizar o nome em seus dispositivos.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO PORTAL DA <u>AMAZÔNIA</u>		EDITORIA
	TÍTULO Reforma tributária ameaça <u>Zona Franca de Manaus</u>, alerta Rebecca Garcia		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Titular da Secretaria de Governo, Rebecca diz que o Governo Federal precisa dar garantias de que a ZFM não será prejudicada.

MANAUS – Embora alguns ministros, como Guido Mantega (Fazenda) e Idelli Salvatti (Relações Institucionais), neguem à opinião pública, a deputada federal licenciada Rebecca Garcia (PP) afirma que as forças políticas e empresariais do Estado devem ficar alertas para a questão da reforma tributária que movimentará a pauta do Congresso Nacional neste primeiro semestre de 2013. A união de forças é necessária, segundo ela, para impedir novas ameaças ao Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

Atualmente responsável pela Secretaria de Governo da administração Omar Aziz, a deputada foi chamada à Brasília no último final de semana pelo seu partido, o PP (Partido Popular), para participar de articulações com o objetivo de ajudar a eleger o candidato oficial do Palácio do Planalto à presidência da Câmara Federal, o deputado Henrique Alves (PMDB-RN). Ex-vice líder da presidente Dilma Rousseff (PT) na Câmara, Rebecca foi decisiva na realização de acordos que facilitaram a vitória de Alves, consumada na manhã de segunda-feira (04).

Saiba mais:

Prorrogação da Zona Franca de Manaus é aprovada na CCJ da Câmara

Governo Federal reafirma apoio à Zona Franca de Manaus na guerra fiscal

Rebecca considera fundamental agora o Estado voltar-se para novas articulações visando a defesa do modelo Zona Franca de **Manaus** no Congresso, acompanhando as pautas da Casa que, neste primeiro semestre, podem incluir a polêmica reforma tributária. Apesar de sua função executiva no Governo Estadual, a parlamentar diz que a coordenação da bancada federal no Congresso é extremamente **importante** para a defesa da ZFM contra as investidas dos estados das regiões Sul e do Sudeste que praticam a guerra fiscal como forma de enfrentar a concorrência industrial com o **PIM**.

“Mais do que nunca há que haver um esforço conjunto envolvendo a nossa bancada federal, o Governo do Estado, a **Suframa** e demais instituições que defendem o **PIM**. Isso é necessário para que haja um acompanhamento sério, para que a gente não venha a sofrer com o enfraquecimento do **PIM** e mais desemprego em **Manaus**”, expressou Rebecca ao Jornal do Commercio.

Mudanças no ICMS ameaçam arrecadação no Amazonas

“Se formos ser práticos e técnicos, veremos que a reforma tributária é necessária para o país, mas é muito perigosa para o Estado do **Amazonas**”, assinala a deputada, referindo-se à polêmica sobre a fixação da alíquota do ICMS. “Mexer nas regras de tributação coloca em risco a ZFM. Mas, não dá também para fazer uma reforma pensando só na gente, no **Amazonas**. Somos minoria. A questão tem que ser bem acompanhada, pois a reforma deve ocorrer, mas o Governo Federal precisa nos dar garantias de que a ZFM não será prejudicada”, aponta.

Thomaz Nogueira

Ao contrário das correntes que criticam o **Superintendente** da **Suframa**, Thomaz Nogueira, por comodismo diante da polêmica em torno do ICMS e da reforma tributária, a deputada assegura que Thomaz “está fazendo a parte dele e talvez não tenhamos detalhes sobre o número de ações que ele está fazendo, mas tenho ouvido falar que o trabalho dele é elogiado pelo ministro Fernando **Pimentel**, do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Entendo que se o ministro está satisfeito, assim como o governador, é porque o desempenho de Nogueira é excelente, fazendo um trabalho de resultados”.

Recentemente, Fernando **Pimentel** declarou que a política de desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para setores da indústria, como o automotivo e o da linha branca, é temporária e garantiu recompor a diminuição nos repasses ao FPE (Fundo de Participação dos Estados) e FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Ao participar do Encontro Nacional com novos Prefeitos e Prefeitas, em Brasília, **Pimentel** destacou que, diferentemente da desoneração da folha de pagamento, “que

veio para ficar”, a alíquota zero do IPI foi instituída “para ajudar a indústria a atravessar um período de muita dificuldade.

Ele destacou que, embora represente perda de receita em um primeiro momento, a redução “aumenta a atividade

econômica e por isso acaba beneficiando a arrecadação de estados e municípios”. Muitos prefeitos amazonenses se manifestaram céticos em relação às declarações do ministro.

	VEÍCULO FOLHA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Renan Calheiros: O Congresso mais próximo da sociedade		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Brasil está no meio do caminho entre os países em desenvolvimento e as grandes potências. O Congresso Nacional tem responsabilidades nesse processo. Além de olharmos para os aprimoramentos administrativos internos, devemos trabalhar como facilitadores dos investimentos no Brasil.

Durante a eleição para a presidência do Senado, apresentamos quatro prioridades para o Congresso Nacional. A primeira delas, de ordem interna, prevê o aprofundamento da austeridade. Vamos cortar gastos, fundindo ou extinguindo órgãos da instituição. Esse planejamento terá metas, prazos e parâmetros que possam ser acompanhados e cobrados pela sociedade.

De outro lado, vamos elaborar uma agenda prioritária, reunindo projetos que representem desburocratização, regulamentações e proposições que facilitem o ambiente de investimentos, o chamado Brasil mais fácil. O Congresso Nacional também buscará com trabalhadores, empresários e a sociedade civil as sugestões que visem eliminar todos os gargalos existentes no país.

Outra iniciativa, aproximando o Senado da sociedade, cria --sem custos, apenas com remanejamentos internos-- uma secretaria de transparência. Ela irá coordenar as ações para atender as demandas da Lei de Acesso à Informação. Assim como aconteceu na acessibilidade, seremos, em breve, uma referência nesse campo: a instituição mais transparente do país.

Outro passo relevante é a defesa do nosso modelo democrático, a fim de impedir a ameaça à liberdade de expressão, como vem ocorrendo em alguns países. O chamado inverno andino não ultrapassará nossas fronteiras.

A imprensa livre é pedra angular da democracia e a tentativa de controle a qualquer pretexto é inadmissível. A liberdade de expressão é um dos nossos direitos mais preciosos. Temos que nos inspirar, sim, nas brisas de uma

primavera democrática e criar uma barreira contra os calafrios provocados pelo inverno andino. Vamos criar uma trincheira sólida, se preciso legal, a fim de barrar a passagem desses ares gélidos e soturnos. Em governos democráticos, não deve haver nenhuma pretensão de se imiscuir no conteúdo dos jornais, nem nas atividades dos jornalistas. Por isso, uma imprensa livre precisa ter a proteção do Estado.

Do ponto de vista conceitual, a liberdade de manifestação do pensamento, além de direito natural do homem, é premissa elementar às demais liberdades: política, econômica, de associação e de credo religioso. Não por outra razão, as nações livres não mexem nesse alicerce, mestre de todas as liberdades.

A invenção da imprensa tem uma contribuição insubstituível para a democracia. Ela está na gênese da multiplicação do conhecimento e, conseqüentemente, da própria democracia. Gutenberg, ao inventar a imprensa, derrubou o monopólio obscurantista da informação e a popularizou nos jornais. Informação e conhecimento sempre foram sinônimos de poder e capacidade de libertação, e aqueles que os têm exercem grande influência em seu meio.

Ao retirar-se o controle da informação das mãos da elite de outrora e da Igreja --distribuindo-a pela sociedade--, a humanidade evoluiu admiravelmente e as pessoas passaram a conquistar autonomia para decidir seus rumos e os destinos da comunidade onde viviam.

Sou cativo da liberdade de expressão. Sei como foi duro reconquistá-la e tenho especial orgulho de ter contribuído para isso, como deputado federal constituinte, em 1988, inserindo na nossa Carta Magna a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

RENAN CALHEIROS, 57, senador (PMDB-AL), é presidente do Congresso Nacional. Foi ministro da Justiça (governo Fernando Henrique Cardoso)